



PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ESTÁGIO
ESPELHO DE PROVA

IGARAPÉ/MG - EDITAL 01/2024 – PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO

A COORDENAÇÃO LOCAL DA DEFENSORIA PÚBLICA EM IGARAPÉ/MG, com fundamento nas disposições previstas nos artigos 17 e 18 da Deliberação nº 110/2019, do Conselho Superior, e em conformidade com o disposto na Deliberação nº 367/2023, do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) DE ESTAGIÁRIOS, PARA ACADÊMICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO referente ao programa de Estágio não Obrigatório Direto, conforme item 11.1 do edital, publica o espelho de prova das questões discursivas a seguir descritos:

ESPELHO DE PROVA DA QUESTÃO DISCURSIVA

Questão de Execução Penal

1) Quais as assistências ao condenado previstas na Lei de Execução Penal?

Conceito de assistências ao condenado. (05 pontos)

Argumentos jurídicos sobre o tema: As assistências previstas na Lei de Execução Penal são: assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Todas elas especificadas nos incisos I a VI do artigo 11 da Lei de Execução Penal. Título II, Capítulo II, artigos 10 a 27 da LEP. (10 pontos)

Capacidade de exposição e emprego adequado da língua portuguesa. (05 pontos)

Questão de Direito Penal

2) Discorra sobre o Tribunal do Júri, abordando, necessariamente: a) princípios, b) competência, c) e procedimento.

Argumentos jurídicos sobre o tema: Princípios: candidato/a deve abordar a plenitude de defesa, a soberania dos vereditos e o sigilo da votação. (05 pontos). Competência: candidato/a deve abordar os crimes dolosos contra a vida. (05 pontos). Procedimento: candidato/a deve abordar o procedimento bifásico, esclarecendo a marcha processual de cada um deles. (05 pontos)



Capacidade de exposição e emprego adequado da língua portuguesa (05 pontos)

Questão de Direito da Criança e do Adolescente

- 3) Discorra sobre as medidas específicas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conceituando o instituto e citando ao menos três princípios aplicáveis. Por fim, aborde a medida de acolhimento institucional, especificamente de quem é a competência para sua aplicação, bem como se os pais ou responsáveis têm direito a ampla defesa e contraditório no curso do processo.

Argumentos jurídicos sobre o tema: Conceito de medidas específicas de proteção (art. 98, do ECA) e princípios aplicáveis (art. 100, p.u, do ECA). (10 pontos). Conceito de acolhimento institucional (art. 101, VII, § 1º, do ECA), abordando a excepcionalidade da medida. Explicar que o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa (art. 101, §2º, do ECA) (05 pontos)

Capacidade de exposição e emprego adequado da língua portuguesa (05 pontos)

Questão de Direito Institucional

- 4) Disserte sobre os princípios institucionais da Defensoria Pública previstos na Constituição Federal.

Argumentos jurídicos sobre o tema: Conceito da função institucional da Defensoria Pública. Art. 134 da Constituição Federal. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. (10 pontos). Princípios institucionais da DP: art. 134, § 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.



Capacidade de exposição e emprego adequado da língua portuguesa (05 pontos)

Questão de Direito Penal

- 5) Disserte sobre o princípio da insignificância. Aborde (a) natureza jurídica, (b) (in)existência de previsão legal, (c) se é possível sua aplicação em favor de acusados reincidentes.

Argumentos jurídicos sobre o tema: Conceito e natureza jurídica do princípio da insignificância: causa supralegal de exclusão de tipicidade material. Falta de previsão expressa, não há artigo no Código Penal com sua previsão. É possível sua aplicação em favor de acusados reincidentes, sob pena de aplicação do direito penal do autor. (15 pontos)

Capacidade de exposição e emprego adequado da língua portuguesa (05 pontos)

Igarapé/MG, 01 de abril de 2024

Janaynna Marrocos Macaúbas Torres

Defensora Pública - MADEP 0959

Coordenadora Local